

### **CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Ao completar pouco mais de meio século a serviço da Justiça de nosso País – do seu início, em 1954, como escrevente, juiz de Direito em Minas, juiz federal, ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, de que agora se desliga ao entrar na *compulsória* o Professor Doutor Carlos Velloso dispensa, para o futuro, o *otium cum dignitate*.

Professor-emérito de dois dos mais expressivos centros de ensino brasileiros, a PUC-MG e a UnB – coroamento de uma vida dedicada ao magistério –, membro de diversas Academias, autor de dezenas de obras, conferencista dos mais requisitados e galardoados é esse mineiro de sucesso que a Revista *Prática Jurídica* ora homenageia.

**Revista Prática Jurídica** – *Onde nasceu Vossa Excelência? Conte um pouco dessa terra misteriosa, da sua infância, da adolescência, da influência que sofreu e dos cursos que fez.*

**Ministro Carlos Mário da Silva Velloso** – Nasci numa pequena cidade de Minas, situada numa das mais belas regiões do Estado, no campo das vertentes, no sudoeste, próxima de São João Del Rey e Tiradentes. Entre Rios de Minas fica nas montanhas, por isso lá faz frio, um frio seco. No inverno, a cidade costuma cobrir-se de brumas. Por isso, já foi chamada de Brumado. Lá vivi os primeiros anos de minha infância. Depois, em 1940, nos mudamos para a cidade de Abre Campo, na zona da mata. É que o meu pai fora nomeado Promotor de Justiça daquela Comarca. Tinha eu quatro anos de idade quando isso ocorreu. Em 1947, meu pai foi

---

\* Ministro do Tribunal Federal de Recursos, a partir de 19/12/1977 e exonerado do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 13/6/1990, em virtude de sua nomeação para Ministro do Supremo Tribunal Federal.

nomeado Juiz de Direito de Teófilo Otoni, Retornamos, então, a Entre Rios de Minas. De lá para Carandaí, na peregrinação do meu pai, juiz nos tempos heróicos da magistratura. Fomos estudar, então, no Colégio Santo Antônio de São João Del Rey, dos frades franciscanos. Na minha infância, jogava futebol; foram notáveis as "peladas". Nadava nos rios e lagoas. No Colégio Santo Antônio, pratiquei vários esportes: futebol, basquetebol, voleibol, natação e corridas. Não me descuidava, entretanto, dos estudos. Sou grato aos franciscanos pela formação que me deram: a ética antes de tudo, o amor ao seu semelhante, a ajuda aos necessitados, Ia me esquecendo: passávamos as férias em Entre Rios, na casa do meu avô Carlos Velloso. Terminado o curso ginásial, fomos estudar em Belo Horizonte. Lá concluí o curso clássico no Colégio Estadual de Minas Gerais. Depois, fui estudar filosofia pura na UFMG. Mas a vocação era para o Direito, curso que conclui na UFMG.

Entre Rios de Minas, hoje com menos de vinte mil habitantes, deu dois ministros ao Supremo: Arthur Ribeiro, notável juiz e eu.

**Prática Jurídica** – *Que fatos pitorescos têm marcado sua vida?*

**Ministro Carlos Velloso** – Para dizer a verdade, não me recordo de fatos pitorescos ocorridos na minha vida.

**Prática Jurídica** – *Quais os planos de Vossa Excelência, após a aposentadoria do cargo de magistrado?*

**Ministro Carlos Velloso** – Pretendo dedicar-me à consultoria jurídica, à advocacia de pareceres. E pretendo, também, retornar ao magistério, sempre na área do Direito Público. Quero escrever os livros que não tive tempo para escrever. Tenho já um projeto de comentários ao CTN. E terei mais tempo para jogar tênis, *hobby* que não me faz acreditar que estou

completando 70 anos. Sinceramente, não acredito. É que estou em pleno vigor físico e mental.

**Prática Jurídica** – *Há quanto tempo Vossa Excelência está em Brasília e o que o fez transferir-se para cá?*

**Ministro Carlos Velloso** – Eu era juiz federal em Minas. Concomitantemente, lecionei na UNA/MG, na PUC/MG e na UFMG, Direito Constitucional e Direito Tributário. Vim para Brasília, em dezembro de 1977, nomeado para o antigo Tribunal Federal de Recursos, Estou, portanto, em Brasília, há 28 anos, completados em dezembro do ano passado. Mas esclareço que nunca me desliguei da minha Minas, aonde vou, regularmente. Em Belo Horizonte tenho também residência. É lá, aliás, o meu domicílio eleitoral.

**Prática Jurídica** – *Como foi que Vossa Excelência optou por estudar Direito e onde cursou a Faculdade?*

**Ministro Carlos Velloso** – A vocação para o Direito veio cedo. Menino, visitava o fórum, assistia audiências, conduzido pela mão protetora do meu pai, o Juiz Achilles Velloso. Lembro-me de que, bem jovem, de calças curtas, assisti a um júri escondido atrás da cadeira do meu pai. Diplomei-me pela Faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte, turma de 1963, que deu ao País notáveis advogados, grandes juízes, importantes diplomatas e membros do Ministério Público, políticos e empresários.

**Prática Jurídica** – *Conte-nos um pouco da sua experiência como magistrado até atingir o ponto culminante como Ministro da Suprema Corte de Justiça e da Corte Maior da Justiça Eleitoral.*

**Ministro Carlos Velloso** – Ao terminar a faculdade de Direito, cursei o doutorado e prestei concursos e fui aprovado para o Ministério Público de Minas, advogado-estagiário na Procuradoria Geral do Estado de Minas, juiz seccional e juiz de Direito de Minas. Em 1967, fui nomeado juiz federal no meu Estado. Em 1977, fui para o Tribunal Federal de Recursos, onde fiquei até à criação do Superior Tribunal de Justiça, que integrei de 1989 a junho de 1990, quando as sumi o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Fui juiz do TRE de Minas, nos biênios 1969/1971 e 1973/1975. Integrei o TSE na representação do antigo TFR, em 1983/1985, 1985/1987. Exerci, então, as funções de corregedor-geral da Justiça Eleitoral. Voltei ao TSE, na representação do Supremo Tribunal, em 1992/1994 e 1994/1996. Neste último biênio, presidi o TSE. E terceira vez voltei ao TSE, a partir de 2002. Em fevereiro de 2005, assumi, pela segunda vez, a presidência daquela Corte. A Justiça Eleitoral foi muito presente na minha vida de magistrado. Convém recordar que, quando ingressei no serviço público, em 1954, com 18 anos de idade, há mais de cinquenta anos, como escrevente, fui convocado a participar da apuração dos votos das eleições daquele ano. Comecei a minha vida de servidor público contando votos.

**Prática Jurídica** – *Qual o ramo do Direito que mais o fascina?*

**Ministro Carlos Velloso** – O Direito Público, sem dúvida. Nesse campo, o Direito Constitucional, o Direito Tributário e o Direito Administrativo. E, por força do exercício do cargo de juiz do TSE, o Direito Eleitoral é, também, objeto de minhas cogitações.

**Prática Jurídica** – *Vossa Excelência tomou posse na Academia Brasileira de Ciências Jurídicas. Conte-nos um pouco da vida de acadêmico, de professor e de escritor.*

**Ministro Carlos Velloso** – Foi longa a minha carreira de professor, começada, quando ainda estudante de Direito, como professor de francês na Escola Técnica de Comércio Santo Afonso, em Belo Horizonte. Em 1967, ingressei na UNA-MG, como professor de Ciência das Finanças e Direito Tributário, no curso de Administração de Empresas. Em 1969, na PUC-MG, a convite do seu diretor, o Professor e Desembargador Hélio Costa, para lecionar Direito Constitucional. Em 1976, fui nomeado pelo Reitor, o Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo, diretor da Faculdade de Direito. Em dezembro de 1977, mudando-me para Brasília, deixei a PUC/ MG. Em 1975, prestei concurso para professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFMG. Aprovado em primeiro lugar, lá lecionei até 1977. Em Brasília, ingressei na UnB, onde fiz carreira, chegando a professor titular. Aposentei-me em 1999. A PUC-MG e a UnB concederam-me o título de professor-emérito, o que muito me honra. Participei de cerca de cinquenta livros em co-autoria. Escrevi uma centena de artigos doutrinários e proferi muitas palestras no Brasil e no exterior. Publiquei o livro, *Temas de Direito Público*, pela Editora Del-Rey. Sou membro da Academia Mineira de Letras, da Academia Mineira de Letras Jurídicas, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, da Academia Internacional de Direito Econômico e Economia, da Academia Brasileira de Direito Tributário, da Associação Brasileira dos Constitucionalistas, da Associação Francesa dos Constitucionalistas e de outras entidades culturais. As Academias propiciam o estudo e as suas reuniões, onde há sempre debates, são muito proveitosas.

**Prática Jurídica** – *Como Vossa Excelência encara a pulverização da Constituição com esses contínuos projetos de emendas constitucionais,*

*valendo ela menos que lei ordinária ou medida provisória, pela intensidade e volúpia com que é modificada?*

Ministro Carlos Velloso – É que os latinos preferem ajustar a Constituição formal à Constituição substancial mediante emendas constitucionais. Já os americanos preferem a construção jurisprudencial. A Corte Suprema norte-americana faz esse ajuste de forma superior.

**Prática Jurídica** – *Quem Vossa Excelência citaria que, por seu trabalho e feitos, sirva de exemplo?*

**Ministro Carlos Velloso** – Conheci grandes juízes na minha vida de juiz. Conheci grandes advogados, notáveis juristas. Não vou citar nomes. Poderia incorrer no pecado da omissão.

**Prática Jurídica** – *Se alguém lhe pedisse conselho, sugeriria que escolhesse a magistratura ou a vocação é essencial para o exercício desse ofício?*

**Ministro Carlos Velloso** – Quando um estudante de Direito ou um jovem advogado me diz que quer ser juiz, eu os estimulo. Mas informo que a magistratura exige sacrifícios. Lembro-me de que, quando jovem juiz, meus filhos eram pequenos, queriam brincar comigo e eu não podia, porque tinha sentenças para proferir. E uma sentença dá trabalho, porque exige pesquisas na jurisprudência e na doutrina. Mas todos os sacrifícios são compensados quando o juiz sente que, na sentença que proferiu, fez justiça. E quando assegura um direito, ou a liberdade de alguém. A alegria é muito grande. Olha, vale a pena ser juiz. E o grande juiz é o juiz de primeiro grau. É ele que está na linha de frente, que está diante da realidade ou dos fatos da causa. Ultimamente tenho lido decisões e sentenças de juízes de primeiro grau, federais e estaduais, e tenho ficado

contente. São decisões e sentenças muito bem elaboradas. Ia me esquecendo de dizer que a vocação é essencial para o bom exercício da magistratura.

**Prática Jurídica** – *Qual a causa do baixo nível dos cursos jurídicos? Como debelar esse mal que se alastra com intensidade significativa, com reflexos em todas as carreiras jurídicas?*

**Ministro Carlos Velloso** – O que acontece é que as universidades públicas vêm sendo sucateadas. A remuneração do professor é baixíssima. Então os grandes mestres estão acabando. Justiça, entretanto, seja feita: os melhores cursos de Direito são ministrados pelas universidades públicas. O provão, que era uma grande coisa e que, por isso mesmo, acabou, já que a nossa cultura é não preservar o que é bom, o provão, repito, comprovou o que afirmamos, que os melhores cursos são ministrados pelas universidades públicas. É preciso que o Ministério da Educação assuma as suas funções e não permita a proliferação das escolas "caça-níqueis". A OAB tem agido. Que ela continue lutando para impedir a criação de escolas de baixo nível. Que a sociedade desperte para o problema. Morro de pena de estudantes pobres que ingressam nessas escolas "caça-níqueis" na esperança de que serão profissionais vitoriosos. Coitados, receberão um diploma que vai servir para ser dependurado na parede.

**Prática Jurídica** – *Vossa Excelência sente-se realizado? A que deve esse sucesso?*

**Ministro Carlos Velloso** – Não sei se realizei muito. Sei que não realizei tudo quanto desejava realizar na magistratura. Bem por isso, não vou para o *otium cum dignitate*, vou continuar trabalhando duro.

**Prática Jurídica** – *Qual a mensagem que Vossa Excelência deixaria registrada para o jovem profissional e estudante?*

**Ministro Carlos Velloso** – a mensagem que deixo para o estudante e o jovem profissional é esta: o Direito exige permanente estudo, permanentes leituras. Um curso de Direito que não seja bem feito, vai exigir do profissional, depois de formado, muito estudo. Quando um estudante me diz que o seu professor é muito duro, é muito exigente, dou parabéns ao estudante. O professor bonzinho é, geralmente, despreparado, é mau professor, faz muito mal ao estudante. Que os professores se compenetrem de que têm que exigir, que não podem deixar que passe de ano o estudante que não estuda. Repito: o Direito exige permanente estudo, leituras e releituras de textos. Depois de certo tempo, procedendo desta forma, o estudante e o jovem advogado adquirem o hábito de estudar e a coisa fica fácil. Mais: logo que deixarem a faculdade, façam concursos públicos. Não importa se não forem aprovados. Vão aprender a fazer concurso, vão aprender a estudar. Finalmente, eu diria que vale a pena estudar o Direito, vale a pena ser operador do Direito. E tenham a ética como fundamental. As pessoas, hoje, têm fome de ética. O profissional do Direito que não observa a ética, não tem vez, acaba posto de lado.